

 <p>Associação dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba ASSTJE-PB</p>	Data: 05/02/2021
	Hora: 15:00h
ATA DE REUNIÃO	Página: 1 de 2

1. Forma virtual através da plataforma Google Meet.
2. Pauta da Reunião e Assuntos:

2.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS REALIZADOS EM COMEMORAÇÃO AO FIM DA GESTÃO DO DES. MÁRCIO MURILO.

Altamir Pimentel, presidente da ASSTJE, destacou as manifestações realizadas em repúdio à gestão do Des. Márcio Murilo, através de outdoors veiculados algumas semanas antes, além da queima de fogos e uso de carro de som no dia da sessão plenária que marcou o encerramento da sua gestão, inclusive com a participação de representantes dos servidores dos TJs do RN, através de Bernardino da Fonseca (Diretor de Formação Política da FENAJUD) e Alexandre Lima (Coordenador da Região Nordeste da FENAJUD), do CE, através de Roberto Eudes (Diretor de Finanças da FENAJUD e Presidente do Sindicato dos Servidores do Ceará) e de PE, através de Alcides Campelo e Giuseppe Mascena (Presidente e Secretário Geral, respectivamente, do Sindicato dos Servidores do Judiciário de Pernambuco), como também do ex-presidente do SINDOJUS, Benedito Venâncio da Fonseca. Disse que não participou, pois lhe foi deferido o pedido para trabalhar de forma remota e a sua presença no ato poderia configurar incoerência e lhe causar problemas. Passou a palavra para José Waldez, vice-presidente da ASSTJE, que deu as boas-vindas ao Vladinei, Conselheiro Fiscal, e ressaltou os muitos desafios que serão encarados pela frente. Altamir disse que acredita que haverá mais diálogo nessa nova gestão do Poder Judiciário paraibano. Destacou que houve mudança na direção do SINDOJUS que poderão se refletir em um maior isolamento daquela Entidade. Amarílio Leite, Secretário da ASSTJE, ressaltou que não houve abertura para negociações na gestão anterior, o que gerou grande dificuldade para todas as Entidades. Parabenizou Altamir, que agradeceu;

2.2 FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS A SEREM LEVADAS AO DES. SAULO BENEVIDES, NOVO PRESIDENTE DO TJ/PB.

Altamir elencou a primeira proposta: pagamento dos dois dias paralisados em 2018 (12 e 13 de março), com a devida compensação; a segunda: retomar a discussão do Plano de Aposentadoria Incentivada, com o pagamento de auxílios por um determinado período após a inatividade, sugerindo ao Des. Saulo que procure negociar com a PBPREV um quantitativo máximo de servidores por ano beneficiados pelo PAI, entendendo que a retomada dessa proposta pode ser

reforçada, pelo fato de o autor do Plano ser o Des. Fred, atual Corregedor de Justiça e, portanto, integrante da gestão; terceira: Gratificação de Produtividade. Altamir afirmou que, apesar de todas as suas tentativas de esclarecer as diferenças, a gratificação prevista no PCCR acabou sendo confundida pela administração passada com a prevista na Resolução do CNJ de priorização do primeiro grau que permite aos Tribunais de Justiça criarem incentivos para o cumprimento de metas pelos servidores do primeiro grau, pretendendo propor a alteração dos critérios e a extensão aos servidores do segundo grau; destacou como quarta proposta a discussão sobre um novo PCCR ou, no mínimo, a reforma do atual, passando a palavra ao membro do Conselho Fiscal da ASSTJE, Vladinei Gonzaga, que informou que, em 2018, iniciou a elaboração de um novo PCCR, que se encontra inteiramente redigido. Defendeu a melhora dos vencimentos em 30%, afirmando que, atualmente, a defasagem já beira os 20%. Ressaltou que não se teria ganho real, mas só a reposição inflacionária. Sugeriu que o SINTAJ e a ASSTJE contratassem uma pessoa da área de finanças para um trabalho específico sobre o impacto financeiro. Altamir disse que a ASSTJE permanece com a contratação de Renato e que há créditos com o mesmo. Foi dada a palavra ao Vice-presidente, José Waldez, que afirmou que, das três propostas pensadas por ele, duas já haviam sido mencionadas. Com relação à gratificação de produtividade, propôs estender aos servidores de segundo grau, pelo menos para aqueles que exercem atividades semelhantes às dos servidores de primeiro grau que trabalham em Cartório. Em relação ao incentivo à aposentadoria, acrescentou o fato dos auxílios serem levados até a aposentadoria compulsória. Sobre o PCCR, sugeriu a alteração, aumentando mais um nível de progressão (D2);

2.3 PLANEJAMENTO DOS OBJETIVOS DA ASSTJE PARA 2021.

Considerando a pandemia, Altamir pontuou que, apesar de o trabalho administrativo/financeiro estar em dia, as defesas no Pleno ficaram prejudicadas. Colocou como primeira meta: ajuizar todas as ações sugeridas pelo Dr. Páris, acrescentando que ainda há mais quatro para serem ajuizadas. Disse que, também devido à pandemia, as festas da Entidade foram canceladas em 2020, no entanto, houve expansão/renovação dos convênios e que as finanças estão em dia. A realização de festas em 2021 dependerá da evolução da pandemia. Waldez pontuou a dificuldade de traçar objetivos, considerando a pandemia e perguntou se há perspectiva de festas. Altamir disse que a maior probabilidade é para o final do ano.

2.4 DISCUSSÃO SOBRE O RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS.

Alexander Gomes, Diretor Social da ASSTJE, acreditou que a pauta referia-se ao trabalho presencial dos servidores. Disse que no Fórum Criminal, mais precisamente no Tribunal do Júri, o expediente está quase normal, havendo inclusive aglomeração. Sugeriu a abertura da sede social da ASSTJE. Altamir ressaltou que a competência do Tribunal do Júri refere-se a processos criminais específicos, muito destacados na elaboração do Ato Presidencial de retorno gradual ao trabalho presencial, uma vez que a demora na resolução deles pode causar graves prejuízos à sociedade, contudo, destacou a necessidade de atentar, principalmente em relação aos casos de comorbidades, pois a proteção é à vida, bem maior a ser protegido. Rivaildo Ribeiro, Diretor Jurídico da ASSTJE,

concordou com Alexander em relação ao grande fluxo de pessoas no Fórum Criminal, dizendo que, especificamente à Vara em que ele trabalha, os servidores estão trabalhando em sistema de rodízio e os que têm comorbidades estão em home office. Acrescentou, ainda, ser contra a reabertura das sedes administrativa e social da Entidade. Altamir disse que levará o problema levantado sobre as aglomerações no Fórum Criminal para a reunião de Diretoria do SINTAJ, que se realizará na segunda-feira, a fim de juntos procurarem identificar e buscar soluções junto à Administração. Sugeriu a permanência de fechamento das sedes administrativa e social, considerando a atual situação da pandemia. Edinaldo Soares, membro do Conselho Fiscal da ASSTJE, defendeu que o interesse é proteger a vida, razão pela qual considera temerosa a reabertura das sedes e que, na sua opinião, o ideal seria esperar pela vacinação. Waldez corroborou, propondo esperar mais um pouco, votando pela manutenção do fechamento das sedes neste momento, pela proteção dos servidores e funcionários. Amarílio enfatizou que, mesmo antes da pandemia, a sede social era pouco frequentada, sugerindo a reabertura apenas da sede social, com agendamento prévio. José Ivo Pereira, membro do Conselho Fiscal, votou também pela reabertura somente da sede social, justificando seu voto no fato de estar exercendo normalmente suas atividades, mesmo com a pandemia. Vladinei votou igualmente pela reabertura da sede social, limitando a frequência a, no máximo, dois associados por dia e com observação de medidas preventivas, permanecendo fechada a sede administrativa. Em seguida, Josivaldo Costa, Diretor Financeiro, votou pela não abertura das sedes, totalizando a unanimidade de votos contra a reabertura da sede administrativa, enquanto foram obtidos 05 votos contra a reabertura da sede social e 04 votos a favor. Após votação, Altamir declarou a permanência do fechamento de ambas as sedes. Nada mais havendo a discutir e deliberar, o Presidente, Altamir de Alencar Pimentel Filho, declarou encerrada a reunião do que para constar, eu, Amarílio dos Santos Leite, Diretor Secretário, lavrei esta Ata.